COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.713, DE 2015

*Institui a Política Nacional de
Incentivo à Produção de Café de Qualidade.*

Autor: **Deputado Evair de Melo**

Relator: **Deputado LINCOLN PORTELA**

I – RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame visa a instituir a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade, com o objetivo de elevar o padrão de qualidade do produto brasileiro, por meio de estímulo à produção, industrialização e comercialização de cafés de categorias superiores.

Par os fins da norma proposta, são consideradas categorias superiores de café aquelas classificadas como de alto padrão de qualidade por suas características físicas, químicas e sensoriais, de acordo com processos de análise e certificação reconhecidos pelo Poder Público.

O projeto de lei estabelece as diretrizes da Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade, destacando-se a sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção e dos produtores, a valorização dos cafés do Brasil e o acesso a mercados de cafés especiais e de qualidade.

Os instrumentos propostos para a Política Nacional de Incentivo à Produção do Café de Qualidade são os usuais da Política Agrícola, além das certificações de origem, social e de qualidade dos produtos.

Na formulação e na execução da Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade, a proposição enfatiza a necessidade de

articulação entre entidades públicas e privadas, atenção ao mercado consumidor, promoção de boas práticas agrícolas e ações sanitárias que contribuam para a elevação da qualidade da produção cafeeira.

De acordo com o projeto, os órgãos competentes deverão ofertar linhas de crédito especialmente destinadas ao financiamento da produção e industrialização diferenciada de cafés de qualidade, em condições adequadas de taxas de juros e prazos de pagamento.

Além disso, terão prioridade de financiamento os agricultores familiares e médios produtores capacitados para a produção de cafés de qualidade e organizados para a agregação de valor à produção, inclusive por meio de certificações de qualidade, de origem, sociais, de comércio justo ou de produção orgânica.

O projeto tramita em regime ordinário, sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (mérito) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, I, do RICD).

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural opinou pela aprovação da proposição, com três emendas.

A primeira emenda elege duas espécies da planta como de alto padrão de qualidade. A segunda emenda modifica a redação do *caput* do artigo 3º para dizer que os instrumentos ali listados devem ser considerados nos estudos e decisões do Conselho Deliberativo da Política do Café. A terceira emenda oferece nova redação ao *caput* e a alguns incisos do artigo 4º do projeto.

Vêm, agora, as proposições a esta Comissão para se manifeste sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos regimentais.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A matéria é da competência da União (artigo 24, inciso V, da Constituição da República), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se em lei. Inexiste reserva de iniciativa.

Nada vejo no texto do projeto que acarrete crítica negativa quanto à constitucionalidade. Igualmente, nada a objetar no tocante à juridicidade, pelo que a proposição pode vir a integrar o ordenamento jurídico.

Bem escrito, o projeto atende ao previsto na legislação complementar sobre elaboração e redação de normas legais (LC nº 95/1998), não merecendo reparos.

Nada a opor, também, quanto às emendas da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que examinou o mérito da matéria.

Assim, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 1.713/2015 e das emendas da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Sala das Sessões, em de julho de 2016.

Deputado LINCOLN PORTELA
PRB-MG